

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR

Ministro DIAS TOFFOLI

DA 1ª TURMA DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ACO n.º 1460/SC

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN, já qualificada nos autos em epígrafe, de *Ação Civil Originária*, que move contra a UNIÃO, já qualificado, por intermédio de seu advogado e bastante procurador adiante assinado (doc. 01), vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência expor e requerer o quanto segue:

Considerando a manifestação da PGR, Vossa Excelência acolheu os argumentos do órgão ministerial e intimou a Autora para 'emendar a inicial', por considerar que no caso vertente a Autora teria que liquidar o pedido na forma do art. 286 do CPC (que veda a formulação de pedidos genéricos) e indicar, pois, os impostos que restariam inexigíveis por força do reconhecimento da imunidade e os valores recolhidos nos últimos 5 cinco anos, desde o ajuizamento, e que entende devidos.

Passa-se, assim, a suprir as deficiências apontadas na forma abaixo:

(i) Os impostos federais e os créditos tributários cuja constituição são vedados pela regra da imunidade tributária:

Quanto a este ponto, tem-se que o art. 150, VI, a, § 2º da CF dispõe:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

(...)

§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

A União, pois, tem competência para instituir os impostos arrolados no art. 153:

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Desses impostos, tem-se que apenas os impostos sobre a renda e proventos e qualquer natureza (art. 153, III) e sobre a propriedade territorial rural (art. 153, VI) são repelidos pela imunidade recíproca.

(ii) As parcelas de renda dos serviços públicos de tratamento de água potável e coleta, distribuição e tratamento de esgoto, abrangidos pela imunidade:

A Constituição Federal dispôs no § 2º do art. 150 que “a vedação do inciso VI, “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes”.

Com efeito, tem-se que a finalidade da CASAN, **definida por lei**, é de servir ao Estado de Santa Catarina como braço executor das políticas de saneamento básico, viabilizando técnica e economicamente a realização de investimentos na ampliação do acesso da população catarinense ao saneamento básico (captação, tratamento e abastecimento de água potável e coleta/tratamento de esgotos sanitários).

Vide o art. 42 da Lei Estadual 4.547/70:

“Art. 42. Ficam instituídas como órgãos descentralizados da administração indireta, as seguintes entidades:

VII - com vinculação à Secretaria dos Serviços Públicos:

Sociedade de economia mista:

- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

- Companhia Catarinense de Telecomunicações;

- **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento”.**

A Autora é a *longa manus* do Estado de Santa Catarina responsável pelo desempenho de serviços públicos de natureza essencial, notadamente água e esgoto – serviços essenciais que a torna equiparada à autarquia, e assim, merecedora da imunidade constitucional.

A autorização legislativa é refletida no Estatuto Social da Apelada:

“Art. 1º. A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO, que usa a sigla CASAN, é uma Sociedade de economia mista, constituída em 02 de julho de 1971, na conformidade da Lei Estadual nº 4.547, de 31 de dezembro de 1970 e Decreto nº SSP- 30.04.71/58, e se rege pelas disposições legais aplicáveis e normas do presente Estatuto Social”.

Pela leitura do art. 3º do Estatuto, se confirma que a Autora desempenha serviço público essencial sem fins econômicos, reaplicando o arrecadado em prol da melhoria e da consecução das atividades que envolvem a captação, tratamento e distribuição de água potável, assim como a coleta, disposição e tratamento de esgotos sanitários.

Art. 3º - A Sociedade tem por objeto:

- I - **Executar a política estadual de saneamento básico.**
- II - Promover levantamento e estudos econômico-financeiros relacionados com os projetos de saneamento básico, em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.
- III - Elaborar projetos de engenharia relativos a obras de saneamento básico.
- IV - Planejar projetos de saneamento básico em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e executá-los de forma articulada com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional.
- V - Coordenar e executar as obras de saneamento básico, de forma articulada com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional.
- VI - **Coordenar e executar a operação e exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água.**
- VII - Fixar, arrecadar e reajustar tarifas de serviços que lhe são afetos.
- VIII - Promover a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares.
- IX - **Captar, tratar, envasar e distribuir água bruta, potável e mineral para sua comercialização no varejo e no atacado.**
- X - Realizar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de geração de energia elétrica.
- XI - participação em outras sociedades, nos termos do artigo 237 da Lei Federal nº 6.404/76.

No Decreto 2.138/2009 (Regulamento de Serviços da CASAN):

Art. 2º - A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan, Sociedade de Economia Mista criada pela Lei n.º 4.547, de 31 de dezembro de 1970, regulamentada pelo Decreto N.º SSP 30.04.71/58, constituída em Assembléia Geral em 2 de julho de 1971, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina aos 27 de julho de 1971, sob o n.º 34.438, CGCMF n.º 82.508.433/0001-17, com sede em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, compete coordenar, planejar, executar, operar, explorar, conservar, ampliar e melhorar os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário e outros afins constantes no artigo 106 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007 e artigo 3º do Estatuto Social da Companhia.

Do seu estatuto e decreto estadual regulamentador, verifica-se que a inserção da primeira premissa: a Autora é sociedade de economia mista voltada para o saneamento básico, nele incluído a distribuição de água potável e a coleta de esgoto sanitário e de resíduos sólidos.

Ainda, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 473/2009, em seu art. 105-A, I, a CASAN está sujeita a regime especial.

A Autora, para a execução de suas atividades, disponibiliza seu maciço capital público, refletido pela composição acionária, e, inobstante já ter reconhecida a imunidade tributária por esta Excelsa Corte em controle difuso (RE 674.733/SC) bem assim gozar de pacificado entendimento no e. Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ainda se mantém compelida ao pagamento de impostos federais.

O fato é que o princípio da cooperação entre os entes (art. 23 § único da CF) se materializará com o reconhecimento da imunidade da Autora frente aos impostos federais, pois a desoneração das receitas tributárias se reverterá em maiores investimentos.

Será a Autora, pois, como entidade estatal, que irá gerir diretamente estes recursos, empenhando-os em obras de expansão dos sistemas, necessárias e urgentes para universalizar a cobertura de esgoto sanitário, dar tratamento adequado aos efluentes, e acima de tudo: desonerar os usuários quanto ao pagamento das tarifas, em respeito ao princípio da modicidade das tarifas.

Por tais argumentos, tem-se que o patrimônio, a renda e os serviços prestados pela CASAN estão integralmente vinculados às suas finalidades, além de decorrerem justamente das suas finalidades.

(iii) Os valores recolhidos, nos últimos 05 anos, desde o ajuizamento, e que entende indevidos; e as respectivas provas documentais:

Quanto a este ponto, tem-se inicialmente que a demanda foi ajuizada em 02/03/2009, o que, na forma do art. 3º da LC 118/05 (e na esteira do entendimento sedimentado pelo STF no RE 566.621/RS) permite-se considerar para fins de repetição de indébito (art. 168, I do CTN) os últimos 5 (cinco) anos.

Com efeito, debruça-se o pleito de repetição do indébito pago desde **02/03/2004**.

Dito isso, a Autora levantou os pagamentos que efetuou a título de IRPJ e de ITR, apurando-se o valor nominal de R\$ 91.307,644,04 (noventa e um milhões trezentos e sete mil seiscentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) pago indevidamente a título de IRPJ, e de R\$ 5.637,82 (cinco mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos) a título de ITR.

Não se perca de vista que na medida em que se prolonga o trâmite deste processo, a Autora continua submetida ao constante recolhimento de valores em favor do Fisco Federal, que poderiam estar sendo revertidos para importantes e urgentes obras de expansão dos sistemas de abastecimento e coleta de esgotos em Santa Catarina.

Acrescenta-se que embora Santa Catarina ostente resultados socioeconômicos acima da média nacional, muito se deve a existência de pequenos núcleos urbanos, e da preponderância da agricultura familiar, características marcantes do Estado. Mas este exato panorama socioeconômico prejudica a viabilidade

econômica e financeira da prestação dos serviços de saneamento básico, porquanto a esmagadora maioria dos sistemas municipais operados pela CASAN são deficitários, tendo a CASAN que se valer da técnica do *subsídio cruzado* para operá-los a partir de uma estrutura tarifária unificada que remunere minimamente possível a prestação do serviço, mas ao mesmo tempo não seja tão irrisória para alguns e ao mesmo tempo tão escorchantes para outros.

O reconhecimento da imunidade quanto aos impostos federais, pois, alterará significativamente tal panorama, permitindo que a Autora vença o déficit de cobertura de esgoto sanitário que assola o Estado. Portanto, o pleito declaratório deve ser imediatamente deferido.

Assim, em que pese a Autora, neste momento, estar juntando os comprovantes de recolhimento dos impostos que serão atingidos pela declaração de imunidade, ainda assim os valores a restituir deverão ser objeto de posterior liquidação de sentença (art. 475-A e seguintes do CPC), momento em que a Autora irá instruir o processo com memória de cálculo e serão juntados todos os comprovantes de recolhimento dos impostos federais que se vencerem e forem pagos entre a data atual e a data da sentença (art. 290 do CPC).

Impugna-se, pois, o argumento de que o pedido formulado anteriormente era genérico, pois há objeto delimitado (declaração de imunidade de impostos que incidem sobre patrimônio, renda e serviços da Autora), não havendo impeditivo no CPC para sentença ilíquida. Tanto que justamente para esta situação, é que se prevê expressamente no CPC o procedimento de liquidação de sentença.

Diante do exposto, **requer-se a conclusão dos autos em gabinete para que Vossa Relatoria o pautar para julgamento, o quanto antes, e relate voto de PROCEDÊNCIA desta ação cível originária, para o fim de declarar o reconhecimento da imunidade recíproca em favor da Autora, o que refletirá na desoneração imediata do cumprimento da obrigação tributária principal (art. 113 § 1º do CTN), permitindo-se que em posterior liquidação de sentença (art. 475-A e correlatos do CPC) se apure o valor da condenação que servirá, após, para a execução contra a Fazenda Pública (art. 730, CPC).**

Nestes termos,
Pede deferimento.
Florianópolis/SC, 08 de agosto de 2013.

Assinado digitalmente
BRUNO ANGELI BONEMER
OAB/SC 31.266-A

Assinado digitalmente
HANERON VICTOR MARCOS
OAB/SC 18.952